

Parte I – Lendo sob a luz: a descoberta do mundo

A figura do leitor

Os primeiros leitores podem ter se dado conta disso aos poucos: mas a primeira conquista que deriva da leitura é a de adquirir informação. A possibilidade aventada por Alberto Manguel para o início da escrita é a de que tenha sido inventada por motivos comerciais, para contar número de cabeças de gado ou outros bens que pertenciam a determinadas famílias. Ou seja, o ato já nasce da necessidade de controle e de memória: saber ao certo o que pertence a cada um e registrá-lo. Mas, mais do que isso, o ato de escrita supõe, imediatamente, um movimento de leitura. Quando o primeiro escritor anônimo colocou uma incisão em uma tabuleta, estava criando a escrita e, com ela, a leitura. O objetivo do ato de escrever era que o mesmo ato fosse resgatado. O resgate se daria por quem lê. Em um deles está inscrito o desejo do outro. O papel do leitor passou a existir antes mesmo de surgir o primeiro leitor e com esta função: a de decifrar mensagens. Com o tempo, a função se ampliaria para interpretá-las, refleti-las e, quem sabe, reescrevê-las.

O poder do leitor se destacaria pela primeira vez com a importante figura do escriba, surgida na sociedade mesopotâmica. O escriba era uma espécie de “mensageiro entre os mundos”: ajudava a produzir informações, portanto atuava junto às fontes de poder, e também a difundi-las, fazia com que elas chegassem ao público. Seu papel, como o de vários leitores públicos posteriores, era de extrema importância e conferia a ele um poder determinado por ter acesso à informação. Nascia ali, há séculos de distância dos dias atuais, o que permite a um leitor até hoje iluminar-se: poder entrar em contato com a informação. As atribuições do escriba eram numerosas: desde baixar ordens do rei, transmitir notícias e mandar mensagens até calcular mantimentos, soldados, controlar operações financeiras, fazer contratos, transcrever textos religiosos e ler para divertir o povo. Entre as funções que descrevemos estão misturadas algumas da leitura, outras da escrita e outras também da autoria. Como diria Alberto Manguel: “Ele era a mão, os olhos e a voz por meio dos quais se estabeleciam comunicações e se decifravam mensagens.” (MANGUEL, 2002, p. 208).

No caso específico dos escribas mesopotâmicos, não se poderia dizer que não se beneficiavam economicamente de seu ofício. Em sua maioria faziam parte de uma elite aristocrática e recebiam instrução desde pequenos numa escola privada e especial. As convenções do aprendizado da escrita vinham também com as da leitura. Os escribas eram quase sempre homens, com pouquíssimas exceções, e tinham consciência do poder que os atos conjuntos de ler e escrever confiavam a eles. Muitos deles já assinavam e datavam textos, prenunciando a figura do autor, e terminavam seus escritos com a frase “Que o sábio instrua o sábio, pois o ignorante não pode ver”. Nessa frase aparece uma das mais importantes alusões à visão como o sentido fundamental para a leitura, mas não apenas uma visão que possa ver, mas que possa também compreender, enxergar o que está por trás. Mais do que acentuar o papel do olho como o órgão fundamental à leitura, essa frase mostra a importância da visão como metáfora do saber, como chave para o entendimento de um texto. O que se esperava de um bom leitor, e que foi se refinando ao longo dos anos, é que ele seja capaz de desenvolver uma visão dos “olhos internos”, olhos do intelecto.

2.1

Dar vida ao texto

Mais do que entender a “mensagem” do autor, o leitor funciona como um organismo independente e formador também do texto. O poder do leitor está realmente em dar voz ao texto: “(...) a existência do texto é silenciosa, silenciosa até o momento em que um leitor o lê.” (MANGUEL, 2002, p 207). E as vozes variam de leitor para leitor, cada leitor confere ao livro uma certa leitura, que é única, baseada no seu imaginário individual e coletivo, na observação direta do mundo real, em imagens oníricas, no mundo figurativo transmitido pela cultura em seus vários níveis e também na memória. O mesmo texto pode ser lido de maneiras diferentes por leitores de técnicas intelectuais diversas e que possuem relações diferentes com o escrito, assim como posturas e valores sobre o mesmo ato: o de ler um texto.

O leitor esgarça o texto porque tem a possibilidade de ampliar o seu significado, através da imaginação e do desejo. Cada grupo de palavras significa uma mensagem para um leitor diferente. Ele pode decifrá-las como quiser e,

muitas vezes, fazer leituras transversais, que relacionem o escrito com outros textos, que descubra vínculos históricos entre ele e algumas doutrinas ou pensamentos e que encontre pontos em comum do autor com outros autores. Há também as condições pessoais do leitor: sua posição política, sua vida, seus amores, suas perdas, sua memória. Esses fatores vão contribuir para a formação de imagens que fará a partir do texto. Mas esta leitura, impregnada das circunstâncias do próprio leitor, pode contribuir tanto para enriquecer como para empobrecer o texto. Nem sempre as contribuições do leitor são as mais sábias.

O ato de escrever exige um leitor, desde os tempos mais remotos. Assim que o escritor termina o texto, este se torna algo independente que ganhará vida pelo ato da leitura. Uma vez que coloca o seu ponto final naquela história, o escritor precisa saber que ela irá voar para outras mãos: mãos diferentes que vão reescrevê-la e complementá-la de outra maneira. Na Antiguidade, as tabuletas feitas pelos autores ganhavam vida quando o leitor as lia em voz alta. Atualmente, um texto existe na medida em que encontra leitores. Toda escrita depende da generosidade do leitor.

Un libro es una cosa entre las cosas, un volumen perdido entre los volúmenes que pueblan el indiferente universo, hasta que da con su lector, con el hombre destinado a sus símbolos. Ocurre entonces la emoción singular llamada beleza, ese mistério hermoso que no descifran ni la psicología ni la retórica. (BORGES, 1994, p. IV).

Na altura em que Borges escrevia isso, os autores já estavam certos de que a matéria por eles escrita escapava de suas mãos: no momento seguinte em que a abandonavam. Logo que o material ia para a impressão, já não pertencia mais ao autor, mas, com alguma sorte, seria apropriado pelos leitores. Não há desejo maior para um autor de que encontrar leitores que encarnem e imortalizem o seu texto, dando sobrevida a ele.

A figura central e formadora do autor tinha (e tem) um companheiro poderoso: o seu leitor. As estratégias de leitura, as maneiras de se apropriar do texto e a absorção dos leitores escapavam drasticamente das mãos dos autores. Com o aparecimento na década de 60 da estética da recepção, finalmente surgia uma teoria que contemplava o leitor como um dos fatores constitutivos do texto. Por outro lado, era muito difícil nivelar as recepções de leitura; embora pertencentes a um mesmo grupo social ou época, os leitores se apoderavam de maneiras diferentes de um mesmo escrito, eram inegáveis as apropriações

baseadas em critérios invariavelmente pessoais. O texto concretizava-se em cada ato de leitura e em cada leitor de uma maneira diferente. O teórico Hans Robert Jauss destacava que, no triângulo formado por autor, obra e leitor, o último jamais foi um elemento passivo, mas uma fonte importante de energia que contribui para constituição da obra. Ou seja, para que a obra se torne completa, é necessária a interpretação desse leitor que recebe e transforma a informação de forma ativa.

E não é apenas a maneira pela qual o leitor pode interferir no texto, mas o modo como o texto também transforma esse leitor. O texto literário, do qual vamos tratar aqui neste trabalho, mais do que os outros, permite ao leitor uma absorção que resulta em criação, uma espécie de troca dinâmica que opera diretamente em sua consciência. Então, existe uma produtividade resultante da leitura que vai atuar numa circunstância psíquica privilegiada, fazendo com que o leitor encontre a obra de uma maneira completamente pessoal. Com a recepção do texto poético, o leitor é tocado no seu essencial, não apenas recebe e decifra uma comunicação como se transforma. E essa mudança não acontece apenas intelectualmente, mas fisicamente. A leitura, principalmente do texto literário, não é apenas decodificação de informação, mas um ato responsável por gerar prazer: cada uma das palavras lidas reflete no corpo do leitor, em seus ritmos sanguíneos, seus batimentos cardíacos, sua história pessoal. “No entanto, é ele (o corpo) que eu sinto reagir ao contato saboroso dos textos que amo; ele é que vibra em mim, uma presença que chega à opressão. O corpo é o peso sentido na experiência que faço dos textos.”, resume belamente Paul Zumthor sua própria experiência de leitura.

Sobre o que esta frase de Zumthor nos alerta? Indo mais longe do que as teorias da recepção propõem quando assumem que as estratégias de leitura ampliam e modificam o objeto proposto pelo autor, Zumthor acredita que também o corpo do leitor desempenha um papel fundamental na percepção literária. O corpo diferente de cada leitor, com sua história, suas marcas, seus anseios, é o mapa onde se inscreve este texto. Nele vão se concentrar, organizar e fluir todas as sensações provenientes do ato de leitura. Não apenas as mentais, de tensões e relaxamentos internos, sensações de vazio ou plenitude, sentimentos de ameaça e segurança íntima, como as físicas da pulsação do coração, dos apetites, das dores ou dos sons. E é aí que observamos a contribuição dos outros sentidos na leitura, além particularmente dos olhos, janelas pelas quais o texto entra. Em certos

aspectos é a ideia de Zumthor de que leitor é também um *performer*, que sente as interferências da leitura no momento em que a está fazendo, que melhor se aproxima do conceito de concretização criado por Roman Ingarden.

A concretização de uma obra literária para Ingarden só é feita no ato da leitura. É quando o leitor se debruça sobre a obra literária e se envolve emocionalmente que ela finalmente aparece: sua completude, então, depende dessa apropriação comprometida e emocionada do leitor. A obra se faz quando desperta em quem lê as múltiplas vivências do prazer estético: inicialmente no nível intelectual, com as avaliações críticas que o leitor se sente capaz e propenso a fazer e, depois, de forma mais íntima na alma do leitor. Sob o efeito da leitura, no momento em que ela acontece ou depois, o leitor acessa múltiplos sentimentos e afetos que já não fazem parte do grupo de vivências em que a obra literária é apreendida, mas que são formadores do repertório emocional daquele que lê. O texto o retém, absorve-o através de suas belas imagens, automaticamente ele se extasia perante sua verossimilhança e, pronto, está feito: o leitor foi fisgado pela obra e se envolveu com ela. O sentimento final é equivalente ao da *catarsis* na tragédia clássica¹.

E concretizar não é apenas dar forma à intenção do autor (confirmar a consciência de quem cria), mas, como vimos, gerar uma interpretação e intenção inteiramente novas para cada leitor a partir de sua história e condições de recepção individuais. A obra é aberta (se pensarmos no conceito de Umberto Eco) e cabe à inventividade de cada leitor “preencher as suas lacunas”. E o texto literário é cheio delas – algumas se abrem com mais facilidade e vivacidade para um ou outro leitor, outras mudam constantemente de lugar –, espaços em branco, interstícios a serem preenchidos que esperam uma intervenção externa para se cumprirem, se organizarem. Cabe ao leitor, pelo menos por um instante, ter a sensação de ter ocupado esses espaços sabendo que o caráter é provisório e que num outro momento esse mesmo leitor reunirá os fios do mesmo texto de forma diferente. Para completar essas “passagens de indecisão”, o leitor precisa usar a

¹ A *catarsis* também é uma das atividades que Jauss apresenta como obtidas pelo leitor na experiência estética. A experiência estética é emancipadora para o leitor na medida em que abarca três atividades: a *poesis*, a *aisthesis* e a *katharsis*. A *poesis* vem do prazer do leitor de se sentir coautor da obra, como se estivesse contribuindo e inscrevendo no texto palavras que são suas; a *aisthesis* é o prazer estético resultante de uma nova percepção da realidade obtida através da criação literária; e a *katharsis* é o prazer que transforma as convicções do leitor e o leva a mobilizar novas maneiras de pensar e agir sobre o mundo.

sua sensibilidade, suas características pessoais, sua bagagem de memória e outras leituras. Ao conjunto de normas sociais, históricas e culturais trazidas pelo leitor como bagagem à leitura, Wolfgang Iser chama *repertório*, um sistema de normas extraliterárias que constituem o pano de fundo da obra. A leitura potencializa a união do repertório do leitor real e do repertório do texto (direcionado a um suposto leitor). O texto possui o caráter vivo e vibrante, o leitor aparece e o estabiliza, momentaneamente, mas o ciclo da leitura só estará completo quando a vibração do texto passar para o leitor, estremecendo seu corpo e sua alma.

E toda a sensação de gozo, prazer e completude da arte reside nesse preenchimento provisório. Ali o leitor encontra o texto, propõe suas próprias saídas, o reconstrói de alguma forma, se apossa dele e se permite uma sensação de posse temporária onde todas as palavras ali escritas estão ditas e foram pensadas para ele. Em cada texto estará presente o seu leitor momentâneo: seu cerne, sua visão particular e, também, sua capacidade de transformação.

Diante desse texto, no qual o sujeito está presente, mesmo quando indiscernível: nele ressoa uma palavra pronunciada, imprecisa, obscurecida talvez pela dúvida que carrega em si, nós, perturbados, procuramos lhe encontrar um sentido. Mas esse sentido só terá uma existência transitória, ficcional. Amanhã, retomando o mesmo texto, eu acharei um outro. (ZUMTHOR, 2007, ps.53-54)

Talvez porque a mágica de compreender um texto está no fato de o leitor, ao compreendê-lo, compreender a si mesmo. Lemos e automaticamente sentimos os efeitos daquele texto em nosso corpo, nos nossos batimentos cardíacos ou nos centros nervosos que regem as nossas emoções. Uma voz interior, a nossa voz que compreende e acompanha o texto, transforma a estrutura acústica das palavras nos sons que vão nos tocar de forma diferente, em momentos diferentes. Essa recepção nunca é a mesma, muda de dia para dia e, se o texto não gera nenhum desejo em quem lê de reconstruí-lo, de transformá-lo (transformando-se ao mesmo tempo), é porque não tocou imediatamente aquele leitor. Voltar a ele no mesmo dia, dias depois ou tempos depois pode fazer com que o leitor desperte, se interesse e dialogue com ele, mostrando que o que não nos toca em um momento pode ser crucial em outro.

O prazer acontece no instante único em que a voz leitora conversa com a voz do texto. Gostamos de sentir que finalmente dialogamos com o escrito, que ele nos toca, que nosso corpo reage materialmente ao objeto-livro que está a nossa

frente, que a nossa voz se mistura virtualmente à dele. É essa posse provisória, a sensação de que aquela obra foi produzida para nós que a lemos naquele momento e naquele lugar, que gera o prazer do texto: é o momento em que é dado ao leitor o dom de todos os poderes que ele chama de “eu”. A autoridade conferida a esse leitor, ainda que transitória, é a sua forma de amar o texto, de estabelecer um vínculo de sentimentos e opiniões com ele. O leitor dá vida ao texto porque enquanto está lendo empresta energia vital a ele. Ambos estabelecem um diálogo renovador que faz com que o sangue circule, comunique e ressuscite os dois lados.

2.2

Liberdade

Mas o ato da leitura está também repleto de qualidades que foram sendo conquistadas pelos leitores ao longo dos tempos; entre elas estão: a liberdade, as escolhas e a reflexão. A história da leitura, que é vasta e por vezes difícil de separar por períodos e classificações, é também um pouco a história da liberdade de leitura. Como veremos, uma série de mudanças no formato do livro, nas posturas de leitura e no aprendizado dos leitores os levou pouco a pouco a adquirir mais liberdade. É possível observar através da iconografia, por exemplo, que a partir do século XVIII aparecem novas imagens de leitores: que leem ao ar livre, na cama, nos locais públicos ou andando. Em parte a mudança tem relação com a leitura mais despojada do jornal, que no início tinha o formato parecido com o do livro e, depois, quando adquiriu o formato atual e a distribuição ampla, passou a ser dobrado, rasgado, lido por muitos e finalmente usado para empacotar lixo.

Outro fator que durante muito tempo restringiu a liberdade do leitor foi a leitura em voz alta, pública e feita para muitos. Aquele que lia o texto tinha um trabalho redobrado e metucioso de atenção, não deveria produzir repetições ou pular grandes trechos, muitas vezes era necessário que fizesse uma leitura prévia para memorizar partes e encontrar o tom perfeito para a apresentação. Por seu lado o leitor-ouvinte se torna dependente do autor-intérprete, que parece assumir provisoriamente o papel de todos os leitores que estão na plateia. Dura função esta

do orador²: distribuir um texto, buscar uma voz ideal para penetrar no interesse de um grupo heterogêneo de leitores. A liberdade é roubada de cada um daqueles ouvintes: o que fazer com a vontade de retardar um trecho, voltar a outro, reler, sublinhar e dar sua própria interpretação conotativa ao texto? As leituras se tornavam dogmáticas, e alguns autores-intérpretes passaram a ter a presunção de que estavam ensinando um público a ler e a interpretar.

Ler só e em silêncio. Poder adquirir um volume por um preço acessível. Ter um livro de tamanho e peso ideais entre as mãos e poder levar para qualquer lugar. Essas foram algumas das alegrias conquistadas pelo leitor com a privacidade do ato da leitura, com o surgimento de uma melhor iluminação noturna, com a passagem do pesado rolo ao *códex*, com o desenvolvimento da indústria tipográfica franqueando a quantidade de títulos e o preço dos livros. Mas sobre certos aspectos a liberdade só havia sido adquirida na leitura particular, a parte que cabe às leituras institucionais ainda se encontra muito controlada. Cabe aos professores a última palavra; às escolas literárias, a classificação dos escritores; e aos críticos, a análise reconhecida das obras. Essa tradição não é de hoje, é uma herança proveniente do método de ensino escolástico nas escolas, nas universidades, nos mosteiros e em outras instituições de ensino.

Em essência, o método escolástico consistia em pouco mais do que treinar o estudante a considerar um texto de acordo com certos critérios preestabelecidos e oficialmente aprovados, os quais eram incutidos às custas de muito trabalho e muito sofrimento. (MANGUEL, 2002, p. 92-93)

O aprendizado, então, era composto por uma série de barreiras contra a liberdade de leitura. Poucos estudantes tinham dinheiro para comprar livros, só o professor possuía os exemplares e copiava o complicado conteúdo no quadro-negro sem dar explicações aos alunos. O método de ensino era baseado na memorização das regras (o aluno precisava sabê-las de cor) sem, no entanto, exigir a compreensão. Os alunos que não absorviam eram vítimas de castigo, muitos professores usavam uma vara de vidoeiro para “corrigir” os estudantes. É triste pensar que ainda hoje em algumas escolas esses métodos – de memorização sem entendimento, de pré-seleção dos trechos que “devem” ser mais importantes para os alunos e de castigo por tarefas não cumpridas – prevalecem, somos

² Sofria também o orador: tão preocupado estava em adaptar sua fala a tantos leitores que perdia a liberdade de construir uma interpretação só sua, longe das normas e convenções.

herdeiros de uma terrível tradição em que o aprendizado está ligado à dor e não à descoberta. Para completar, os estudantes não tinham acesso direto aos textos originais, esses eram mutilados, resumidos, catalogados em trechos menores ordenados previamente pelos professores que direcionavam as leituras para interpretações preestabelecidas. Paul Adam em seu livro *L'humanisme à Sélestat* destaca que Louis Dringenberg, quando em 1441 foi nomeado diretor da tradicional escola de latim de Sélestat, na França, deu o primeiro grito de liberdade quando decidiu abrir a discussão dos livros em sala de aula (dando autonomia e voz aos alunos), ensinar e aplicar as regras de gramática sem obrigar os alunos a decorá-las e, finalmente, ao descartar os comentários tradicionais para ler o texto completo. Ao colocar os estudantes em contato direto com os textos clássicos dos Pais da Igreja, Dringenberg deu a eles um grau de liberdade jamais conquistado antes.

Dringenberg foi o primeiro de vários professores que adotaram o método humanista de ensino. Crato Hofman, o diretor que o precedeu, tratou de introduzir também os clássicos romanos e gregos através dos textos de Cícero, Ovídio, Valério Máximo e outros. Os alunos usavam cadernos de notas em que podiam registrar a progressão das lições, mas também, como o leitor de hoje, faziam anotações nos espaços livres do texto (margens, cabeçalho e rodapé). O que esses cadernos indicam é que a leitura na escola humanista começa a ser encarada como a responsabilidade de cada leitor. Os comentaristas, censores, antologistas e tradutores ainda representavam uma autoridade crítica em relação aos textos, mas cabia ao aluno, ao leitor, articular aqueles textos para gerar interpretações pessoais. Para os professores, as reflexões produzidas em grupo nas épocas anteriores agora ficavam restritas ao gabinete e às bibliotecas. Aos alunos o ato de leitura finalmente tinha sido conquistado como um direito pessoal.

Com essa mudança, a leitura canônica, atestada e esperada da obra perdia aos poucos o seu lugar. Os humanistas nos ensinaram que não existe uma última palavra em termos de leitura. Um crítico poderia debruçar-se sobre um texto e logo o ensaio proveniente desse estudo poderia ser dissecado, desestruturado, relido por um novo leitor ou um outro crítico. O leitor não se sentia mais cerceado por autoridades que impunham uma leitura “correta” dos textos: que os priorizavam, catalogavam, escolhiam com antecipação. Apareciam outras leituras menos assertivas, mais heterodoxas, desafiadoras e, por que não?, talvez por isso,

mais prazerosas. O sentimento de liberdade adquirido naquela época, jamais abandonou o leitor: “(...) ainda agora, deleitando-me com um livro que certo resenhista condenou ou deixando de lado outra obra que recebeu muitos elogios, acho que posso recordar vivamente aquele sentimento rebelde”, conta Alberto Manguel (MANGUEL, 2002, p. 106). Estava decretado ali, naquela época, um direito que o leitor nunca mais abriria mão: não se apegar a escolas, não se prender a críticas, não se obrigar a encontros com autores que não amava. Sem vergonha ou pudores, entregar-se aos gostos mais absurdos pelas literaturas mais banais³.

Uma vez ganha essa liberdade, o leitor não mais a abandonará, não abrirá mão de ser o “senhor do texto”. Ela será uma das bases da conquista do prazer pelo texto. Sem mais intermediários entre ele e o escrito, sem críticos, professores ou autoridades que digam como “deve” ou “pode” ser lido um livro, afastado desses olhos e ouvidos atentos e censores, o leitor pode agora tecer os seus fios sobre a obra, caminhar pelo labirinto encontrando os próprios caminhos. Livre das amarras, ele impõe um novo ritmo, tempo e espaço ao texto que vão ser determinados pelo seu prazer. “O que eu aprecio, num relato, não é pois diretamente o seu conteúdo, nem mesmo sua estrutura, mas antes as esfoladuras que imponho ao belo envoltório: como salto, ergo a cabeça, torno a mergulhar.” (BARTHES, 2004, p. 18). Não se prender à apresentação proposta pelo autor, navegar com bússola própria pelo livro, interferir, escrever nas margens, desordenar, esses são alguns dos maiores prazeres do leitor.

O leitor começa a encontrar o desejo de ler quando se destitui de algumas regras: ler o livro inteiro, resenhá-lo, ter a obrigação de fazer um resumo ou uma redação com o tema principal, destacar as partes que exemplificam esta ou aquela escola. Atividades e tarefas que são exigidas dos alunos, mas impensáveis a um leitor hedônico. A nossa liberdade como leitores consiste em não prestar contas. E, se, depois, encantados com as descobertas, quisermos compartilhar o prazer de nossas leituras espontaneamente, o tempo dirá. Sem dúvida as primeiras leituras prazerosas são feitas como um ato de resistência: não para enquadrar-se, mas para

³ Jean-Paul Sartre, apesar de filósofo existencialista e autor de romances e peças de teatro com caráter psicológico, era um grande leitor de literatura policial. Em sua biografia de infância, *As palavras*, recorda-se: “Pai, Charles Schweitzer teria queimado tudo; avô, optou pela indulgência magoada. Eu não pedia mais do que isso e continuei aprazivelmente minha dupla vida. Ela nunca cessou: ainda hoje, leio com mais vontade os romances da Série Noire do que Wittgenstein”, in *As palavras*, editora Nova Fronteira, 2000. p. 56-57.

rebelar-se. Daniel Pennac tem a opinião de que essa resistência é contra todas as contingências: as familiares, as profissionais, as afetivas, as culturais, as ideológicas e uma infinidade de outras. Mas talvez o mais importante é ler contra a morte.

A atividade silenciosa e aparentemente passiva da leitura guarda uma das chaves da imortalidade. O segredo é que ela ajudou em muitos momentos uma série de leitores a manterem-se vivos. Os livros de Auden foram a força motriz que Brodsky usou para enfrentar o frio do círculo polar e a rigidez dos trabalhos forçados aos quais tinha sido condenado. Thibaudet aguentou dias nas trincheiras das batalhas de Verdun, as mais sangrentas da Primeira Guerra mundial, por deliciar-se com Montaigne. Primo Levi sobreviveu a Auschwitz porque sabia alemão e como havia estudado Química na Universidade de Turim se ofereceu para trabalhar como assistente no laboratório de Burna, mas recitar Dante ao seu amigo Pikolo foi uma maneira de manter vivos a língua italiana, o amor pela literatura e a memória dos tempos idos. Para o jornalista Jean-Paul Kauffmann, a única maneira de sentir-se em liberdade nos três anos em que ficou encarcerado no Líbano foi recuperar pela memória os poemas e romances dos quais mais gostava. Lendo e relendo os exemplares dos mesmos livros, ele redescobriu-os naquela situação-limite, e a única meta que se impôs foi a de embriagar-se com os textos e as lembranças que deles provinham e não se ater a qualquer interpretação. Já estava preso em um lugar, queria passear pelos textos com liberdade.

Eu jamais tinha devorado (um texto) com tamanha intensidade. Esquecia a cela. Enfiado no fundo da minha leitura, produzindo em mim mesmo um outro texto. Fruição estranha, equivalia a uma reconquista provisória da liberdade. (Kauffmann in PETIT, 2009, p. 16).

Em todos os exemplos dados acima, observamos que a leitura foi o sopro de vida para esses homens que estavam em momentos de trauma, sofrimento ou exílio e que precisavam reconstruir-se. Então esse ato clandestino emprestava a eles uma sobrevida. E essa sensação pode ser vivenciada no cotidiano pelo professor que lê um livro enquanto espera os alunos terminarem a prova, o refúgio do livro contra as trovoadas da chuva, a hora de dormir sempre adiada por conta do capítulo ainda não terminado. A leitura, esta fuga dos deveres. Como diria Daniel Pennac, o tempo da leitura é sempre um tempo roubado às obrigações de

viver, mas que, como o amor, dilata o tempo de vida. É uma atividade considerada supérflua, mas que está, na verdade, no centro da arte de viver. Schopenhauer já arriscava que “seria bom comprar livros se, junto com eles, fosse possível comprar o tempo para lê-los” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 104). Mal sabia o filósofo que os livros, na verdade, aumentam nosso tempo de vida. Damos vida a cada livro que lemos, mas dele também recebemos um sopro dela.

A atividade intensa e reflexiva da leitura se torna prazerosa pela rasura, pelas faltas. É no momento em que o leitor se permite ver as lacunas (e eventualmente preenchê-las) e realizar brechas no texto que ele se torna mais senhor do escrito e da leitura, e pode extrair mais prazer de ambos. É exatamente operando rasuras no texto que o leitor terá a sensação de tê-lo por completo. A princípio essa conquista virá exatamente de atividades impensáveis para as tradições institucionais ligadas à leitura, mas fundamentais para instaurar a liberdade do leitor. Ele não deve se sentir atrelado à estrutura rígida do texto e deve se permitir alguns direitos sem os quais a tarefa de leitura não seria genuína. Não ler um determinado texto, não se sentir motivado a terminar um livro, pular páginas, capítulos ou trechos e abrir o livro ao acaso, lendo uma frase ou outra são incompletudes da leitura necessárias ao leitor. É preciso tirar dessa bela atividade o estigma de tarefa: nada precisa ser cumprido ou terminado. A leitura tem que ser vivida.

Há pessoas que simplesmente não leem. Alguns porque não querem “roubar” o tempo livre para dedicarem-se aos livros, outros porque não amam a leitura e usam o mesmo tempo para outras paixões. Mas há os que desistiram de ler e, ainda assim, cultivam um enorme remorso embora não tenham retornado ao hábito. Há todos estes tipos de leitores. Mas os que estamos tratando aqui são os apaixonados: e esses também se dão ao luxo de ter a liberdade de comprar um livro e não ler. Anatole de France tinha uma biblioteca grande e surpreendente e, quando algum visitante admirado vinha perguntá-lo se tinha lido todos aqueles livros, a resposta era imediata: “– Nem sequer uma décima parte. Ou, por acaso, o senhor usa diariamente sua porcelana Sèvres?” Os livros estão ali pela perspectiva de que serão lidos, há sempre uma sensação de possibilidade dada pelo acúmulo. Por outro lado, os livros não têm pressa: esperam pacientemente para serem manipulados por seu leitor. Alberto Manguel explica: “Não tenho nenhum sentimento de culpa diante dos livros que não li e talvez jamais lerei; sei que meus

livros têm uma paciência ilimitada. Vão esperar por mim até o fim dos meus dias.” (MANGUEL, 2006, p. 210). Será verdade? Acreditamos que sim.

No entanto, Manguel garante que já abriu pelo menos uma vez cada livro de sua biblioteca. Todo grande leitor vai possuir uma biblioteca que não leu por inteiro. É isso que dá a ele o equilíbrio entre o conhecimento e a ignorância, o que deve ser lembrado ou esquecido. Durante muitos anos a biblioteca de Walter Benjamin tinha um crescimento modesto, o escritor prometera a si mesmo que não deixaria entrar um volume que não tivesse lido. Até que o amor aos livros e uma veia de colecionador começaram a “importuná-lo”, a inflação recaía sobre os livros, e o medo de que as edições ficassem caras ou esgotassem fez com que ele começasse a adquiri-los sem um prazo de leitura estipulado. Todos nós, se somos grandes leitores, temos uma reserva de livros intocados. Eles estão ali escondidos em nossas estantes, em um canto de nossa oficina de trabalho e às vezes na fila de espera de nossa mesa de cabeceira. Não foram esquecidos, estão apenas esperando o momento em que participarão efetivamente de nossas vidas⁴.

Samuel Johnson tinha um método de leitura particular: como as páginas dos livros antigamente não eram refileadas, ele apenas as deixava abrir ao acaso, sem cortá-las, e aí lia o texto que se apresentava. Acreditava que as páginas fechadas não eram nem melhores nem piores do que as que estavam abertas. Não se sentia na obrigação de ler um livro do princípio ao fim e usava um exemplo simples: se um leitor começa a ler um livro pelo meio e se interessa mesmo assim em terminá-lo, que importância teria voltar ao início? Para esse homem a leitura estava completa com o que absorveu do livro, o que faltava não era importante. Johnson também se permitia o direito de não ler até o fim: “‘Seria como querer manter por toda a vida a amizade de quem quer que se encontre pela frente’, argumentava.” (Johnson in MANGUEL, 2006, p. 211). Não há por que enfrentar uma tarefa árdua de atravessar uma longa jornada por um volume completo quando o prazer do leitor virá exatamente de reeditar e reestruturar o texto como gostaria.

⁴ No entanto, o acúmulo de livros tem que estar ligado ao desejo. Nenhum grande leitor deve comprá-los levado pela cabeça dos críticos ou pela lista de *best-sellers*. São tentações diárias que levam o leitor a cogitar a compra de um livro, mas cabe a ele a liberdade de não ler o que todos estão lendo, ou o que está na moda. “Por isso, no que concerne à nossa leitura, a arte de *não* ler é de máxima importância. Ela consiste no fato de não se assumir a responsabilidade por aquilo que a todo instante ocupa a maioria do público” (SCHOPENHAUER, 2005, p.101). Não ler é também saber o que, de tudo que se oferece diariamente, deve ser lido ou não.

Ler apenas partes do texto não é sempre preguiça. Muitas vezes acontece porque o tempo que temos é curto, porque estamos lendo um outro livro que se remete a um texto que não aguentamos de curiosidade para “dar uma olhada”, nem que seja breve, porque estamos “fazendo hora” numa biblioteca que não é nossa, porque temos um prazo de entrega e o livro é emprestado. Ou seja, pelas mais inúmeras e diferentes razões. Pulamos porque nos enfadamos momentaneamente do autor, porque não queremos nos perder nas descrições, porque a história de alguns personagens nos interessa mais do que a de outros. Barthes se impacientava com o “texto-tagarela”, queria precisão, um pouco de malícia e certa eloquência: contemplava maravilhado um trecho, uma frase específica que contivesse a “exatidão maníaca da linguagem”. Talvez porque invejasse um autor que conquistava essa qualidade. Encontrada a frase, o trecho, o capítulo que o encantava, e já podia fechar o livro, nada mais importava.

Barthes dizia que se deliciava em reler Proust porque, todas as vezes em que pulava trechos não eram necessariamente os mesmos. Eu me lembro de quando pela primeira vez li a *Odisseia* em trechos buscando a formação dos principais mitos para um trabalho na escola e de como, no mesmo ano, entre resignada e arrependida, voltei ao texto não sem antes fazer uma longa pesquisa que me permitisse entrar na epopeia: queria ler toda a história, entender a inclusão de cada um daqueles mitos na trajetória de Ulisses. Mais tarde voltaria várias vezes à obra de Homero sempre para consultas pontuais ou para revisitar um ou outro capítulo que mais me emocionavam. O sentimento de culpa ocupou apenas a primeira leitura, nunca mais me inquietei com isso: o texto já me pertencia, eu tinha agora uma certa liberdade sobre ele. Algo parecido aconteceu com Daniel Pennac quando com apenas treze anos foi estimulado pelo irmão a ler *Guerra e paz*. Pennac era então interno no colégio, e a maior alegria foi ganhar o livro de presente, que seria lido nas horas roubadas às noites de sono, embaixo das cobertas com a iluminação precária de uma lanterna de bolso. O escritor confessa sem reservas que pulou páginas e que essa escolha não deixou de fazer de *Guerra e paz* uma leitura prazerosa e especial para ele:

Me interessei pelo amor e pelas batalhas, pulei os assuntos de política e estratégia... As teorias de Clausewitz passaram muito acima da minha cabeça, puxa! (...) Acompanhei de perto as decepções conjugais de Pedro Bezukhiv e Helena, a mulher dele (“nada legal”, a Helena, eu achava que ela não era “nada

legal”) e deixei Tolstoi dissertando sozinho sobre os problemas agrários da Rússia eterna. (PENNAC, 1993, p. 148)

O importante é que a escolha de pular trechos venha do próprio leitor. As versões compiladas, resumidas e adaptadas são mutilações dos livros feitas já por outras pessoas, leitores também que apenas imaginam o que pode ser importante ou não. A tarefa deles também não é fácil: são convidados a fazer uma colagem. O mercado exige dela um resultado, uma adequação a determinada faixa etária, a consequente adoção pelas escolas e, claro, uma boa venda. Não importa a idade ou os recursos de leitura, a escolha de que páginas ler ou pular é uma liberdade do ato de leitura que concerne a cada leitor particular.

Os romanos usavam o verbo *legere* (“colher”) no sentido de ler. O leitor atento é aquele que colhe ao acaso os textos que gosta de ler. Não há maior sensação de liberdade do que andar na própria biblioteca, escolher um livro qualquer e abrir numa página para ler um trecho. Qual não será a surpresa desse leitor ao se deparar exatamente com as respostas que procurava? Não é sempre que encontrará um livro de contos ou de pequenas frases. Às vezes vai escolher um volume grosso e começar aí a leitura de um romance que só continuará nas próximas semanas quando finalmente vai dispor de tempo. A colheita é momentânea porque aquele tempo é o único de que o leitor dispõe, mas pode gerar frutos para o resto do dia, ou da vida.

Nem sempre a leitura ao acaso de trechos de livros teve o caráter descompromissado dos dias de hoje. A partir do final do século IV, muito do poder oracular que cabia aos adivinhos passou a pertencer à palavra escrita. Helen A. Loane destaca no artigo “The Sortes Vergilianae” que era comum que governantes utilizassem passagens aleatórias da Bíblia ou dos poemas de Virgílio para prever o futuro. Constantino pediu para traduzir Virgílio para o grego e com uma admirável “licença poética” adaptou o texto a seus propósitos políticos. O jovem Adriano, curioso sobre o que o imperador Trajano pensava sobre ele, consultou ao acaso a *Eneida* e chegou a conclusão de que seria aceito, fato que depois se confirmou. Os livros não perderam essa função de pequenos oráculos: é a eles que recorremos quando temos dúvidas, é em suas páginas que encontramos algumas respostas e é às vezes o simples fato de lermos alguma frase ao acaso que nos dá a inspiração suficiente para escrevermos algo novo.

O leitor se apodera e reinventa o texto, e, em alguns momentos, existem autores que reconhecem esse poder e se utilizam dele para escrever suas obras. Os livros são, então, concebidos como quebra-cabeças que esperam o leitor para realizar a montagem. Laurence Sterne concebeu seu *Tristram Shandy* com o objetivo de permitir ao leitor absorvê-lo de qualquer modo, sem sequências, sem leis, sem capítulos. Júlio Cortázar mostra, a princípio, um complicado sistema de leitura na abertura de seu livro *O jogo da amarelinha*:

Tabuleiro de direção

À sua maneira, este livro é muitos livros, mas é, sobretudo, dois livros. O leitor fica convidado a *escolher* uma das seguintes possibilidades:

O primeiro livro deixa-se ler na forma corrente e termina no capítulo 56, ao término do qual aparecem três vistosas entrelinhas que equivalem à palavra *Fim*. Assim o leitor prescindirá sem remorsos do que virá depois.

O segundo livro deixa-se ler começando pelo capítulo 73 e continua, depois, de acordo com a ordem indicada no final de cada capítulo. (CORTÁZAR, 2007. p. 5)

Cortázar apresenta apenas dois “modos de usar”, o leitor pode modificar a sequência dos capítulos como lhe aprouver. Estariam esses dois autores antecipando a liberdade do hipertexto? Ou simplesmente afirmando a já conhecida liberdade do leitor que há muito tempo trabalha sozinho, rearranjando o texto, transpondo barreiras e criando uma maneira particular de ler um livro? *O jogo* está proposto, mas há leitores que já estão nele há muito tempo.

2.3

Reflexão

O poder do leitor não está apenas na sua capacidade de reunir informações, ordená-las e catalogá-las. Fosse isso, ele seria um mero bibliotecário ou estaria agindo segundo as perspectivas de cada autor. A função leitora é mais inovadora e interessante do que isso: cabe a ela interpretar, associar e transformar os textos. Um estudioso nas escolas talmúdicas ou islâmicas é considerado capaz de converter a fé religiosa em poder ativo apenas pelo exercício da leitura. Para essas culturas o leitor não tem necessidade da posse dos livros ou do acúmulo de muitos deles, mas precisa resgatar as experiências de algumas páginas e transformá-las em experiências novas através do ato de leitura.

Em seu estudo *A arte de ler*, o crítico Émile Faguet explica que o único princípio que se aplica a qualquer leitura é o de ler devagar. Fora isso não há nenhuma “arte absoluta de ler”, e sim artes diferentes de acordo com os leitores e as obras a que se destinam. No entanto, ler devagar é preciso independentemente do teor da leitura: instrutiva, prazerosa ou crítica. Não necessariamente a primeira leitura de qualquer texto é feita com o ritmo mais lento, quase sempre ela é acelerada, precipitada. Depois, o próprio texto vai despertar no leitor o desejo de aprofundar-se, de ler se perguntando se compreendeu corretamente cada trecho e se a ideia com a qual se deparou ao fim da leitura é dele ou do autor. “É isso mesmo?”, é a pergunta que Faguet acredita que todo o leitor deve ter na ponta da língua. Não porque precisa chegar às mesmas conclusões propostas pelo autor, mas porque deve correr atrás das próprias. Com a pergunta em mente, ele deve cuidar para não ser tomado pela preguiça. A preguiça é a morte, ela não ajudará o leitor a encontrar – nem no começo, nem ao final do livro – uma saída (quase sempre proposta em conjunto por ele e o autor).

Nossa precipitação de leitores é explicável: queremos respostas imediatas para o nosso desconforto. Como leitores quase sempre recorremos a um autor com a alma perturbada e dividida. Queremos encontrar uma lição de vida inscrita em uma biografia, algo de verdadeiro dentro da ficção, uma epifania dentro da poesia ou a afirmação de nossos princípios políticos e ideológicos nos livros de História. A postura está errada: precisamos buscar os autores com espírito livre. O segredo é nos aproximarmos deles sem ditar ordens. Nada de restrições ou avaliações prévias, críticas ou leituras de outros textos relacionados, a reflexão final deve pertencer unicamente a você, leitor. Jorge Luis Borges tinha uma receita para quem queria ler pela primeira vez *A divina comédia*: esquecer a escolástica, os críticos, as alusões mitológicas e o uso de Dante de alguns versos de Virgílio, e mergulhar unicamente no relato. Virgínia Woolf também acredita que é apenas mergulhando de verdade no texto que o leitor encontrará o que o autor está tentando oferecer a ele.

O ato de ler está diretamente ligado ao desejo. O leitor é acometido de uma curiosidade que não pode esperar o dia seguinte. É como se ele estivesse diante de uma casa com as luzes acesas e as cortinas fechadas, e quisesse levantá-las – primeiro pela ponta, para dar uma espiada, depois completamente – para ver o que há dentro. Então, depende do que ele encontra lá a permanência ou abandono na

leitura. É como Alice que passa através do espelho e perde-se no que encontrou do outro lado, vive cada uma daquelas aventuras se questionando se são verdadeiras ou não, mas participando delas. O leitor deve perder-se, é o seu voto de confiança ao texto. No entanto, o ato de leitura não é apenas aventura inconsequente, existe nele uma responsabilidade. Não há leitura sem comprometimento. A liberdade existe na escolha, na forma de caminhar pelo texto, de escolher lugar e tempo para lê-lo, entretanto espera-se mais do leitor: ele precisa comparar, e aí está sua dose de compromisso.

A primeira parte do procedimento da leitura é a de receber as impressões, manifestar a vontade de entendê-las, reuni-las na mente e eventualmente pesquisar as intenções do autor. No entanto, para usufruir integralmente e prazerosamente do que um texto tem a oferecer, seu leitor precisa completar esse procedimento indo além dos juízos resultantes dessas variadas primeiras impressões. Julgar, comparar e refletir deve ser o segundo passo de leitura depois da primeira recepção: fruto da revoada de pensamentos e sentimentos que nascem do escrito. Eles aparecem desajustados, desordenados e em grande quantidade, por isso, é preciso esperar um pouco, deixar o texto decantar, não fazer a reflexão imediatamente.

Aguarde que a poeira da leitura abaixe; que o conflito e as indagações se aquietem; caminhe, converse, amasse pétalas murchas de uma rosa, ou durma. Então, de repente, sem que ansiássemos por isso, pois é assim que a Natureza se encarrega destas mudanças, o livro retornará, mas de forma diferente. Ele virá à tona do entendimento como um todo. (WOOLF, 2007, p. 132)

Ou seja, se der tempo ao tempo, o leitor, invariavelmente, terá a sua revelação sobre o texto. E ela muitas vezes não virá de uma reflexão direcionada ou forçada, mas de um pensamento inesperado que atuará – silencioso e tranquilo – no inconsciente do leitor.

Schopenhauer⁵ via na atividade da leitura uma espécie de ruminação, ligada à metáfora da alimentação. A ruminação permitiria assimilar o texto lido como o corpo incorpora o alimento não porque o come, mas porque o digere. O filósofo acreditava que, para o conteúdo da leitura criar raízes e não se perder, era necessário que o leitor refletisse mais tarde a respeito do que leu. Caso contrário,

⁵ A explicação da leitura como forma de ruminação está no ensaio “Sobre livros e leitura”, de Schopenhauer.

assim como na alimentação, as chances de absorver os benefícios da leitura se reduziriam drasticamente. Voltar ao texto, ruminá-lo, compreendê-lo é uma maneira de fazer a digestão completa. Principalmente o leitor precisa criar o seu tempo de ruminação e jamais se deixar empanturrar por uma quantidade muito grande de informações.

A leitura não é um ato acabado: abre-se o livro, olha-se o conteúdo e depois o fecha, voltando diretamente para o mundo. Depois de fechado ou mesmo terminado o livro, o leitor precisa continuar lendo o texto. Degustando-o mesmo que ele não esteja mais à sua frente. É dessa reflexão ou de uma leitura póstuma que decorrem as mais saborosas descobertas. A maior prova de maturidade no ato de ler é quando o leitor começa a desenvolver uma argumentação própria – sólida e permanente – baseada em outros textos ou no próprio pensamento. A maturidade chega no momento em que o leitor absorveu o texto que está à sua frente e outros com abrangência e compreensão suficientes para começar a fazer comparações vivazes e esclarecedoras. Marina Colasanti lembra-se perfeitamente do momento em que passou de leitora desavisada para leitora reflexiva. A escritora usa uma bela metáfora, a das águas rebeldes da corredeira, para explicar sua experiência de leitora. Quando era mais nova, descia essa corredeira num bote, sem controle da embarcação, batendo de um lado para o outro, emocionada, esperando que a qualquer momento a narrativa a levasse a despencar em uma cachoeira. Nessa época não usava lápis por temor de invadir o espaço sagrado do livro: não se sentia à vontade para interagir com o texto, não imaginava que sua opinião pudesse ter lugar ou valor.

Quando finalmente passou a usar o lápis para escrever e interferir no texto, ela se transformou em uma outra leitora. Uma leitora reflexiva, pronta para discutir com o autor nas margens, nos cabeçalhos e no rodapé.

Não desço mais, entregue, nas corredeiras. Sou seu vigilante. Analiso a força das águas, sua direção, sua profundidade. (...) Mas, a qualquer remanso indevido, a qualquer turvação, minhas orelhas se erguem atentas, meu lápis se apoia na margem. Anoto, controlo. Por um instante não estou sendo levada, botei um pé para fora do bote. (COLASANTI, 2004, p. 249)

Marina encontrou no lápis o seu porto seguro, sua âncora. O que não significa que não esteja pronta ou interessada em molhar-se ou mergulhar mais fundo. O encanto da aventura permanece o mesmo, mas a leitora agora está com o colete

salva-vidas. E, se naufragar, não está sozinha, conta com a companhia do autor. Ele não é mais aquela figura tirana e distante, mas um amigo próximo com o qual é possível ter conversas tão longas que não cabem nas margens do texto. “Não estou mais lendo sozinha como lia. Estou lendo por cima do ombro dele.” (COLASANTI, 2004, p. 249).

O autor nos convida. Cabe a nós receber o chamado e entrar com segurança no texto. Sozinho, o leitor deve subir nos ombros dele e fitar através de seus olhos a sua maneira distinta de trabalhar com o material comum a todos os autores: o homem, a Humanidade, a Natureza e as relações sociais. A partir daí, o leitor pode entrar em total acordo ou questionar tudo: a narrativa pode transformar-se na coisa mais simples a que já teve acesso ou num tremendo desafio aos seus pensamentos e princípios. Os juízos errados vão acontecer, nenhum autor está livre disso, mas o leitor pode voltar, arrepender-se, apagar o comentário ou a crítica que havia feito e que, com o desenrolar da leitura, não fazia mais sentido. Na leitura reflexiva cabe ao leitor cumprir uma negociação com o escritor ao fim do livro: ele precisa prestar contas de sua interpretação. E prestar contas não por obrigação, mas por gosto, por desafio. Aí está o convite.

Não é que se espere de todos os leitores que sejam grandes críticos, que dissequem as obras, mas essa qualidade de julgar o autor precisa estar lá, presente. Não existe um leitor que consiga controlar a voz interior que o acompanha, gostando de umas coisas, rechaçando outras. É este nervo central, que emite sensações e comentários sobre tudo o que lemos (imagem ou texto), que se torna cada vez mais aguçado quando realizamos uma leitura reflexiva. Passamos a comparar livros entre si – do mesmo autor, de autores distintos – e, nesse momento, deixamos de ser amigos do escritor: “Não somos mais os amigos do autor, mas juízes dele; e assim como não podemos ser demasiado indulgentes como amigos, também como juízes não podemos ser severos demais.” (WOOLF, 2007, p. 132). Talvez seja isso que faz com que a relação entre escritores e leitores se torne mais sólida.

Segundo Virginia Woolf, para desenvolver uma boa leitura reflexiva, o leitor carece de qualidades raras: julgamento, imaginação e *insight*. Mas não é apenas isso. É preciso mais. O envolvimento crítico com o texto pede uma postura ativa, transformadora e indagadora em relação a ele. O que significa que o leitor não deve apenas criticar se não estiver disposto a construir algo novo a partir da

crítica ou da comparação. É preciso que ele reúna as indagações e sugestões surgidas no decorrer de suas leituras e as compare com as dos autores, dos críticos ou de julgadores para fazer pareceres capazes de superá-los. A tarefa de refletir sobre a leitura é bastante complexa e, por mais que o esforço de um leitor seja muito particular, podemos concluir que a reflexão é um avanço que ele estará fazendo em suas capacidades. Pegar o próprio bote e passear no curso do texto sem se deixar levar pela forte correnteza e com o direito a pará-lo assim que for necessário é uma conquista, se não essencial para história da leitura, fundamental para a história de cada leitor.

2.4

As escolhas

Um livro só é nosso na medida em que nos apropriamos dele. Temos que escolhê-lo e entender de que maneira ele faz sentido em nossa vida. André Breton em *Os vasos comunicantes* faz uma análise de um sonho para, através das pulsões profundas, chegar a uma solução, apontar uma saída que ele não havia chegado pelo caminho consciente. Nesse texto, Breton explica que o espírito tem uma facilidade para captar uma relação, mesmo que tênue, entre dois objetos tomados ao acaso. A leitura também consegue estabelecer pontes significativas entre a matéria das experiências de vida do leitor e o material simbólico que lhe é apresentado. Como por encanto, ela interpõe algumas palavras entre o leitor e a realidade que fazem com que o mundo se torne mais habitável. Um livro é capaz de provocar um eco na capacidade psíquica do leitor que poderá acompanhá-lo para o resto da vida.

As escolhas, então, vão ser completamente pessoais e orientadas para os autores que nos emocionam, que moveram determinadas peças do inconsciente e, com isso, ajudaram-nos a compreender e direcionar melhor nossas vidas. Para cada leitor um livro importa na medida em que tem uma ligação especial com sua existência. Levando em conta que a escolha é feita então baseada em cada experiência pessoal, o mesmo livro pode ser único para cada leitor. Há uma diferença entre um leitor que se aproxima de um livro simplesmente porque ele é um clássico e um outro leitor que se apropriou do mesmo livro por obra do instinto, da emoção e do entendimento. O segundo leitor não pensa na obra como

objeto de prestígio, e sim como uma tradutora de uma experiência própria. Para esse leitor apropriar-se do livro, escolhê-lo, sempre terá o sabor da descoberta e, como descobridor, não importa a ele que outros tenham caminhado pelo mesmo território. Importa que, para ele, seja a primeira vez:

Ser o primeiro a entrar na gruta de Circe, ser o primeiro a escutar Ulisses dizendo-se Ninguém, eis o desejo secreto de todo leitor, atendido uma e outra vez, geração após geração, sempre que alguém abre a *Odisseia* pela primeira vez. (MANGUEL, 2006, p. 181)

É uma espécie de direito à primeira noite: aquela sensação que só sentimos quando estamos visitando um livro pela primeira vez e que faz dele um objeto apenas nosso. Não existe nenhum leitor que não encontre em uma época da vida em um livro, clássico ou não, uma frase, um trecho e uma palavra que funcionarão como um sortilégio capaz de assegurar a sua posse sobre o texto. Em algum momento, o leitor dá com esta página que permanecera imaculada por obra do acaso e que passa a ser sua, como um tesouro há muito tempo guardado e só revelado no momento propício.

Às vezes o próprio autor convida o leitor a esse lugar, dá a ele o gosto de uma leitura particular. Cervantes começa o seu *Dom Quixote* com o vocativo “Desocupado leitor”, enquanto estivermos lendo aquelas páginas seremos este companheiro com que o autor gentilmente conversa, participaremos das aventuras do engenhoso fidalgo, tornaremos-nos pelo tempo de nossa leitura personagem participante da história, aquele necessário para a aventura começar. Cervantes nos chama: ele fala a nós. E Cervantes, então, está naquele momento nos dedicando o seu livro, explicando as possíveis falhas da obra, dividindo os fatos de sua composição. E mesmo quando o autor não convida, há algo em nós que nos diz – pela aproximação com um personagem, um trecho entrevisto ou um vício de linguagem – que ele sempre foi nosso companheiro. Ou porque crescemos ouvindo o nome de determinados autores ou porque entramos em contato, desde cedo, com a memória visual de seus livros, eles são pessoas tão próximas e participantes de nosso cotidiano como a família ou os amigos.

A escolha desses autores é também herdada. Seja por ouvir um adulto da família que gosta de declamar poesia, por passar as noites escutando um determinado repertório de histórias pela voz materna ou pela lembrança de um

parente que, sempre no momento das refeições, comentava um livro, o leitor herdará uma constelação de escritores que farão parte de uma família também grande e amada: a de seus autores preferidos. Para Jean-Paul Sartre, os livros foram eternos companheiros. O filósofo dizia que havia começado sua vida, e provavelmente iria terminá-la, entre eles, mal sabia ler e já referenciava esses objetos de papel e capa dura. Os livros estavam em todos os lugares em que viveu. Na casa do avô, onde morou quando era criança, a biblioteca tinha os volumes austeros apenas manuseados pelo patriarca. A mesma casa abrigava as revistas e romances açucarados lidos por sua mãe e a pilha de livros com folhas flexíveis, brancas e brilhantes, que sua avó pegava de empréstimo nas bibliotecas ambulantes. Três tipos de leitura completamente distintos e que o marcaram e influenciaram de alguma maneira. Mas era no cômodo da biblioteca de seu avô, Charles Schweitzer, que ele seria apresentado primeiramente aos livros e, na falta de uma imagem que retratasse os autores, “personificava” nos volumes sua expectativa em relação a eles:

A meus olhos não se achavam mortos; pelo menos, não inteiramente; haviam-se metamorfoseado em livros. Corneille era um gordo rubicundo, rugoso, com lombada de couro que cheirava a cola. Esse personagem incômodo e severo, de palavras difíceis possuía arestas que me feriam as coxas quando o transportava. (...) Flaubert era um pimpolho guarnecido de rendas, inodoro, pontilhado de sardas. Victor Hugo, o múltiplo, aninhava-se em todas as prateleiras ao mesmo tempo. (SARTRE, 2000, p. 48).

Esses livros ainda não falavam muito sobre que leitor Sartre se tornaria, mas muitos deles estariam mais adiante em sua biblioteca de adulto. Porque a biblioteca pessoal é o conjunto de livros que conta a história de seu leitor. Essa coleção não era a história do pequeno Jean-Paul, que ainda estava para ser escrita, mas inegavelmente era a de seu avô, do qual herdou uma série de gostos. Muitos dos livros com os quais entrou em contato nessa primeira biblioteca apareceriam na última, em seu apartamento em Paris. Walter Benjamin, ao se mudar na década de 30 definitivamente da Alemanha, precisou desempacotar as caixas com os livros de sua biblioteca. A partir do ambiente coberto de pó de madeira e da desoladora visão das caixas abertas à força, o autor convida o leitor a fazer um passeio pela sua vida através dos livros que está reencontrando no belo ensaio “Desempacotando minha biblioteca”.

Benjamin tornou-se um colecionador, mas, na época em que ganhara os dois álbuns de figurinhas de sua mãe, não sabia que eles se tornariam a raiz de uma coleção infantil que alenta em paralelo à sua coleção principal. Esses álbuns são uma herança e não há maneira mais pertinente de começar a formar uma biblioteca do que por eles. A atitude do herdeiro é a de responsabilidade sobre os bens que recebe de algum ente querido, e, talvez por isso, os álbuns tão antigos não tenham sido descartados durante tantos anos de coleção e formação da biblioteca de Benjamin. Mas esses volumes junto com quatro ou cinco da época de infância que agora compõem o acervo são também formadores daquele primeiro leitor, o que Benjamin carrega até hoje dentro de si: fizeram parte da pequena coleção de livros que ele tinha em seu quarto de criança, são a lembrança viva daquele tempo. Junto com eles, outros foram se acumulando para formar o perfil do leitor adulto. Esses livros testemunharam, sob a posse do mesmo leitor, outras bibliotecas: a do cantinho que alugou como estudante em Munique, do quarto em que viveu em Berna ou da casa em que o autor se hospedava perto do lago de Brienz em completa solidão. Todos esses lugares e as lembranças ligadas a eles fazem parte daquela reunião especial de livros e daquele leitor.

A biblioteca é uma biografia, e as escolhas, dos mestres e dos escritores que o leitor quer declarar seus, dirão muito sobre quem ele é ou o que anseia. Alberto Manguel garante que um observador arguto de sua biblioteca pode saber quem ele é observando pequenos detalhes: a grande quantidade de obras de Robert Louis Stevenson, a edição em frangalhos que guarda dos poemas de Blas de Otero, a grande seção composta de literatura policial ou o fato de haver muito mais Platão do que Aristóteles. Segundo Sêneca⁶, ao contrário do genético, o parentesco literário de cada leitor é estruturado por ele: é de sua responsabilidade escolher os próprios pais, construir sua genealogia, inventar o seu passado. O leitor pode participar de uma ou de várias famílias e adotar o nome, mas também a herança desses escritores: guardar o que aprendeu com eles na memória sem ter “espírito avarento”. Porque essa família vai se tornando cada vez maior quanto mais pessoas compartilharem desses livros.

Toda biblioteca é uma espécie de lar. Essas famílias que nos adotam esses escritores que nos acompanham e dão a sensação de que estamos sempre entre

⁶ SÊNECA in *Sobre a brevidade da vida*.

peessoas queridas mesmo quando nos mudamos de casa ou país. De todas as histórias da *Odisseia* não há nada, para Alberto Manguel, mais comovente do que a chegada de Ulisses ao seu lar, é o ponto de partida e o destino do personagem: motivo pelo qual ele empreendeu toda a aventura da viagem. O livro é feito de surpresas e de seres encantados, passam pelo caminho de Ulisses sereias, ciclopes e feiticeiras, mas o percurso é todo feito para chegar ao reconhecimento: a casa, a mulher que o espera, a visão familiar do litoral e o cachorro que morre emocionado aos pés do dono. “O que há nesta volta ao lar? Poderíamos dizer que percebemos o mundo de dois modos diversos – como terra estrangeira ou como lar –, e que nossas bibliotecas refletem essas duas visões opostas.” (MANGUEL, 2006, p. 253). Em parte porque nos permitem caminhar como andarilhos entre os livros, vagando ao acaso, consultando volumes que podem ou não nos trazer respostas, em parte porque nos dão a sensação de pertencimento, de conforto, como se fossemos viajantes de retorno. Os livros estão vivos dentro de seu leitor, ou melhor, o leitor vive um pouco dentro deles. E a biblioteca é um lar, como diria Walter Benjamin, erigido não por tijolos, mas por livros.

A princípio, tendo conseguido acumulá-los ou não, todo leitor é formado pelos livros que já leu. Quando Marina Colasanti entrou no seu primeiro emprego no *Jornal do Brasil*, ela não sabia, e talvez os seus colegas de trabalho não desconfiassem, que trazia consigo para sua experiência na redação não apenas lápis, caderno e vontade de aprender, mas uma série de escritores que seriam seus companheiros no dia a dia. Ela não sabia, mas eles ajudariam a forjar o espírito da jornalista curiosa e da escritora talentosa que estava para nascer.

Na hora eu não ouvi, nem meus colegas. Mas depois soube que comigo haviam entrado o menino Tom e o índio que o perseguia, os acordes do capitão Nemo ao órgão, o silêncio na cabeça de Ulisses enquanto via as sereias cantarem, o soprar do vento que colou a folha nas costas de Sigfrido, os rebanhos de carneiros em transumância na Provença Giono, as pegadas dos *Capitães na areia*, uma galinha perseguida num domingo pela mão de Clarice, uma pedra no meio do caminho, o diabo no meio do remoinho, uma *madeleine*, uma barba *índigo blue*, um gato de botas. (COLASANTI, 2004, p. 245)

Nós leitores seremos julgados pelos livros que escolhemos e lemos em vida. Não apenas em nossas relações pessoais, como intelectuais ou profissionais. Virgínia Woolf contava um sonho que tinha frequentemente: no dia do Juízo Final, quando os grandes homens, heróis, vencedores, advogados e estadistas vierem ganhar os

seus prêmios e lauréis, aparecerão também os leitores com seus volumes preferidos debaixo dos braços. E Deus, não sem uma ponta de inveja, dirá a São Pedro que os últimos não precisam de qualquer prêmio porque já o trazem consigo.

2.5

Os escritores: esses nossos companheiros

Michèle Petit conta em seu livro *A arte de ler* a história de um homem que se enamorou de Balzac a ponto de sentir-se companheiro e amigo do escritor. Aos poucos ele foi atraindo a mulher para a mesma paixão. Passaram a tentar compartilhar os momentos que eram do escritor. Os presentes trocados durante as festas tinham uma relação com o autor, as férias do casal passaram a ser pensadas para visitar, explorar e conhecer lugares “balzaquianos” – ou que apareciam em seus romances, ou pelos quais o autor teria passado. As cartas pessoais e a biografia de Balzac foram dissecadas pelo homem até que ele se apegasse a um detalhe: a obsessão do autor pelo assunto do dinheiro, suas dívidas inacreditáveis, suas perdas monetárias. Era quase como se Balzac contraísse dívidas para escrever. De uma maneira ou de outra, essas leituras ajudaram o leitor a superar a morte trágica do próprio pai, homem relacionado ao mercado financeiro e que, durante toda a sua vida, esteve ligado ao dinheiro.

O narrador do livro *Le froid: une mise en quarantaine*, de Thomas Bernhard, fica gravemente doente com tuberculose e encontra um companheiro para sua recuperação em Dostoiévski ao ler *Os demônios*. Na situação-limite, o leitor explica que foi confrontado com a monstrosidade das personagens de Dostoiévski e, como se tivesse sido despertado pelo livro, ele desenvolveu forças para encontrar uma saída e alentar sua recuperação. Essa obra literária ao mesmo tempo “furiosa e grande” o havia modificado, transfigurando-o em herói. É também Dostoiévski que me acompanhou nas noites mais frias e solitárias que passei em Portugal. Em apenas alguns dias me tornara cúmplice de Raskolnikov, sofria por ele, temia que fosse descoberto: com a respiração presa e o aconchego das cobertas, eu mergulhava na história. O mesmo autor arrancará suspiros, noites sem dormir e anseios da jovem Marina Colasanti. “Que furacão na minha alma quando encontrei Dostoiévski! Eu ansiava o dia inteiro pelos momentos em que

iria me encontrar com ele. Foram meses e meses de neve, sofrimento e nomes cheios de consoantes.” (COLASANTI, 2004, p. 250). O autor foi um companheiro fiel e distinto para cada um desses leitores, em momentos e situações diferentes.

É sempre a eles, estes nobres conselheiros, que recorremos cheios de indagações, como os homens antigos se dirigiam aos oráculos, na esperança de extrairmos respostas. Eles são capazes de organizar a confusão que encontramos em nós. Virgínia Woolf tinha os seus conselheiros: Coleridge, Dryden e Johnson, assim como críticos e os poetas e romancistas clássicos eram aqueles, para ela, capazes de iluminar e solidificar as ideias vagas e desordenadas que apossavam a sua mente de leitora. Mas admitia que esses autores “nada podem fazer por nós se nos curvamos sob suas autoridades e deitarmos como à sombra de cercas vivas.” (WOOLF, 2007, p. 134). É preciso uma honestidade do leitor para saber-se perdido em um mar revolto e usar como bússola os grandes escritores: os clássicos sempre vão garantir a ele uma boa travessia.

Um leitor busca um determinado livro porque gosta ou se identifica com um vocabulário imaginário que ele lança. Mas existe também a escolha confortável de um determinado autor porque ele é o maior companheiro do leitor naquele momento ou de um gênero literário porque ele melhor se adequa à situação pela qual o leitor está passando. A livreira Samia Benramdane⁷, antes de sonhar em ter essa profissão, vivia na cidade de Nanterre na época dos barracos. Para tentar fugir da triste realidade que a cercava – a pobreza, o tédio, a infelicidade e a droga que dominavam os condomínios populares –, isolava-se durante algumas horas na biblioteca municipal. Sade, Dostoiévski, Mahfouz e MacCullers foram os seus companheiros: levaram-na em viagem para longe daquele mundo.

Talvez seja por isso que a dobradinha livros / viagem tenha dado sempre tão certo: eles são os principais companheiros para as viagens interiores, as imaginativas e as geográficas. Escolher um livro para fazer companhia em período curto ou longo de deslocamento é dividir uma experiência única e especial com um amigo. Alberto Manguel lembrava-se de uma tia, que vivia em Buenos Aires, que escolhia os livros que iria levar para uma viagem com o mesmo cuidado com que separava o que levaria na valise de mão. Ela acreditava que o volume que

⁷ Em entrevista ao Le Monde em 20 de julho de 2006.

tinha nas mãos diria muito sobre que tipo de viajante era ela: não embarcava acompanhada de Romain Rolland porque achava muito pretencioso, nem seguia para seu destino na companhia de Agatha Christie para não parecer vulgar. Construiu um manual de leituras aceitáveis para cada tipo de viagem:

Camus era apropriado para uma viagem curta. Cronin, para uma longa; um romance policial de Vera Caspary ou Ellery Queen era aceitável para um fim de semana no campo; um romance de Graham Greene era adequado para viagens de avião ou navio. (MANGUEL, 2002, p. 242)

Os livros atribuem um simbolismo aos seus leitores muito mais complexo do que a posse de qualquer objeto. Eles são uma marca, um sinal de aliança, uma insígnia que esses leitores viajantes carregam.

Quando Robison Crusoé naufragou próximo a uma ilha deserta do Pacífico Sul, resgatou de seu navio ferramentas, alimentos, tinta, papel e penas para escrever e (pasmem!) uma coleção de livros. Depois de saciado com os alimentos e tendo usado as ferramentas para construir um abrigo, ele preocupa-se com as refeições da alma e parte para a leitura dos livros escritos em português, dos folhetos de orações e da Bíblia. Um náufrago está acompanhado se possui livros: eles garantem que não se morra de inanição imaginativa. O pavor da morte que assombra um náufrago é parecido com o que Walter Benjamin detecta nos leitores que leem no trem: eles têm medo de chegarem atrasados, medo da solidão da cabine, medo de perder o transbordo ou da estação desconhecida. O antídoto? Leitura. De preferência a leitura de romances policiais: um medo anestesiara o outro. O leitor ficará tão absorto no perigo que emana da narrativa que esquecerá os próprios temores. Ali, acompanhando a viagem, dividindo a cabine e observando as estações estão Sherlock Holmes e seu perfumado cachimbo; inspetor Auguste Dupin, lendo o seu jornal; e Hercule Poirot, coçando vagarosamente seu bigode. Esses companheiros, se lidos com atenção, respeito e curiosidade, podem além de compartilhar a viagem, seguir com um homem pelo resto de sua vida. Os poemas, os romances e os autores que estão entre os nossos “amigos” mais próximos nos farão companhia no momento em que não tivermos mais livros ou não pudermos mais ler.

Para cada situação, lugar ou momento, um livro. O que fez a felicidade de um leitor, provavelmente pode angustiar ou entediar o outro. E as diferenças

acontecem porque os leitores têm idades, sexo, gerações, contextos sociais e culturais diferentes. A história de vida de cada um vai ser determinante para a escolha de seus livros: cada leitor encontrará numa narrativa, relato, frase ou biografia uma revelação ou saída que poderá ajudá-lo a dar sentido à própria vida.

Para unir certas escolhas *a priori* espantosas, poderíamos imaginar pontes: para quem está às voltas com a adversidade, a solidão e determinação do herói lhe devolvem sem dúvida algum eco, quer este enfrente os elementos da natureza como Mermoz, a administração colonial e o oceano como a mãe de *Barragem contra o Pacífico* (...), quer este se encontre na linha de frente do combate revolucionário, tal como o herói soviético de Ostrovski. (PETIT, 2009, p. 175)

Mas essas são apenas prospecções: nunca saberemos ao certo porque um leitor procurou um determinado autor como companheiro e não outro. Cada leitor tende a se refugiar nas obras que melhor conhece ou nos autores de que mais gosta. Ler é retomar ou descobrir essas circunstâncias de conforto, é encontrar algo que acompanhe a situação que se está vivendo ou simplesmente sirva como ponto de fuga e sonho.

Um texto pode ter diferentes interpretações, compreensões e usos por diferentes públicos e leitores. Existem três momentos na história de um texto: o da produção, o da transmissão e o da apropriação. Vimos que a figura do leitor pode estar associada a esses três tempos. A leitura é sempre a apropriação inventiva que o leitor faz da obra ou do texto. É com ela que o leitor inventa, refaz e produz significados. Michel de Certeau constrói uma bela imagem desse leitor: “É um caçador que percorre terras alheias.” Ao passar pelo leitor, o texto tem uma nova apreensão diferente daquela que o editor, o comentarista e até o autor, criador primordial, deram. É isso que faz de cada leitura uma apropriação única do texto, e, claro, para esta apropriação contribuem também as competências, convenções e códigos da comunidade a que pertence cada leitor.

2.6

Loucos por livros: a bibliofilia e os seus efeitos

É claro que existem diferentes tipos de leitores. Alguns leem ocasionalmente, outros, só para preencher o tempo livre, um terceiro tipo que se concentra apenas nas leituras importantes para trabalho. Mas vamos nos ocupar

aqui dos leitores apaixonados, daqueles que gostam do livro como objeto, que saboreiam o cheiro e a textura das páginas, que montam bibliotecas reais e imaginárias. Para esses, mais do que para quaisquer outros, a perda da visão está associada à falência de seu principal prazer: o olhar sobre o texto. A perda da nitidez daqueles caracteres mágicos que preenchem a página em branco significa também a perda da chave encantada que abre o mundo imaginativo dos livros. O “mundo de papel”.

Cuidar dos próprios olhos, para leitores e autores que amam a leitura, sempre foi uma condição vital para a manutenção desse ato-hobby. Desde sempre, os excessos da leitura acabavam gerando algumas deficiências visuais, e o uso dos óculos passou a ser necessário para a maioria dos leitores e escritores vorazes. Santa Luzia é a religiosa responsável pelo cuidado e preservação dos olhos. Na iconografia cristã, ela é o tempo todo representada com um par de óculos numa bandeja. Os óculos foram, durante muito tempo, a esperança dos leitores que deixavam de enxergar. São vistos como o principal sinal da leitura e são também os segundos olhos dos leitores que, com a visão deficiente, podem tirá-los e colocá-los novamente quando decidem imergir ou levantar-se do seu “mundo de papel”.

A metáfora do “mundo de papel” é usada aqui baseada na novela *Mondo di carta*, de Luigi Pirandello, um dos textos que vão constituir a base literária do presente trabalho. Nela o professor Balicci, personagem principal, acaba ficando cego de tanto ler. Paga com a perda da visão a sua voracidade pela leitura e sua paixão por colecionar livros. Com óculos grossos inseparáveis e sempre um livro nas mãos, Balicci se esforça para realizar a sua tarefa preferida sozinho, retira os óculos, aproxima o rosto do livro como se fosse mastigar as palavras.

Cercò a tasto un libro, lo prese, lo aprí, vi affondò la faccia, prima com gli occhiali, poi senza, come aveva fatto quel giorno in vettura; e si mise a piangere dentro quel libro, silenziosamente. (PIRANDELLO, 2007, p. 506).

Essa rotina se repete várias vezes na novela. O professor Balicci não se conforma com a perda da visão e a impossibilidade de visitar o seu mundo de papel. Condenado à cegueira exatamente pelo vício da leitura, mesmo alertado pelo oculista de que deveria parar de ler, Balicci não consegue obedecer ao médico nem mesmo quando para de enxergar completamente.

O relato pessoal do personagem encarna as histórias de vários bibliófilos: logo que aprendeu a soletrar, Balicci ficou refém da “mania furiosa” da leitura. Criado por uma senhora que o amava como a um filho, comprava aos poucos livros e mais livros que se amontoavam pela casa, numa desordem que apenas o próprio Balicci entendia. Adquiriu livros até se endividar e, quando já não podia mais comprá-los, relia os velhos com o mesmo interesse e sofreguidão de quando os tinha lido pela primeira vez. Tinha o hábito de saboreá-los, mesmo quando as leituras repetidas, da primeira à última página, ruminando:

E come quegli animali che per difesa naturale prendono colore e qualità dai luoghi, dalle piante in cui vivono, così a poco a poco era divenuto quasi di carta: nella faccia, nelle mani, nel colore della barba e dei capelli. Discesa a grado a grado tutta la scala della miopia, ormai da alcuni anni pareva che i libri se li mangiasse davvero, anche materialmente, tanto se li accostava alla faccia per leggerli. (PIRANDELLO, 2007, p. 506)

A paixão do professor era tal que chegou a se mimetizar com os livros⁸. E todo o seu mundo, arrumado numa ordem perfeitamente particular, precisou ser reordenado em função da sua cegueira.

Miopia, óculos, deficiências pequenas ou graves, lesões sérias por leitura com pouca luz, todas são “enfermidades” provenientes do excesso e da paixão pela leitura. Os óculos – presentes frequentemente na paisagem do leitor localizados numa escrivaninha, em cima do livro ou na mesa de cabeceira – se transformaram no principal símbolo do ofício do leitor. Um sexto de toda a Humanidade é míope, muitos outros têm problemas de vista ou visão fraca. Personalidades como Lutero, Aristóteles, Goethe, Keates, Schopenhauer, Unamuno e James Joyce, que dependiam da leitura para suas produções intelectuais, tinham dificuldades de enxergar. Durante os muitos séculos anteriores à invenção dos óculos, os leitores precisaram penetrar em textos nebulosos, opacos e escuros, depois que eles apareceram, era possível ler páginas inteiras sem grande esforço.

A escuridão era o principal obstáculo a ser vencido. Os leitores medievais tinham os seus olhos postos à prova constantemente, eram obrigados a ler em

⁸ É importante lembrar aqui do quadro de Giuseppe Arcimboldo “O bibliotecário”: um rosto de homem com todas as suas feições formadas por livros. O cabelo é uma grande enciclopédia aberta; o nariz, um livro posicionado de lombada; e os dedos, pequenos pedaços de papel desgastados pelo uso frequente.

salas que viviam escurecidas: no verão, para afastar o calor; no inverno pela escuridão natural. As janelas eram sempre pequenas para que as correntes de ar frio não pudessem circular, em compensação bloqueavam a entrada de luz. As tarefas associadas à leitura estavam, então, condenadas à gradual perda de visão. Os escribas precisavam realizar o seu trabalho em meio a grandes adversidades: costas encurvadas, pouca luz, dor nos rins e muito cansaço eram as principais queixas que tinham. Era como se a luz se extinguísse dos olhos na medida em que avançavam pelo conteúdo do livro.

A maioria dos leitores com deficiência visual não tinha outro artifício do que dispor de alguém que lesse para eles em voz alta. Até que, em algum momento no final do século XIII e início do XIV, o destino dos leitores que enxergavam mal mudou com a criação dos óculos por um inventor que ainda permanecesse anônimo. O fato é que a invenção dava uma sobrevida a olhos doentes, olhos que com essas lentes podiam ainda ter acesso ao mundo dos livros⁹. Descartes em seu livro *Le traité de passions* explicava as vantagens desse aparelho de leitura:

Toda a administração de nossas vidas depende dos sentidos, e, uma vez que a visão é o mais abrangente e o mais nobre deles, não há dúvida de que as invenções que servem para aumentar seu poder estão entre as mais úteis que possa haver. (MANGUEL, 2002, p. 328)

Até a metade do século XV, os óculos de leitura eram um artigo de luxo, principalmente porque poucas pessoas tinham acesso ao livro. Com o advento da imprensa, a leitura passou a ser uma atividade franqueada, mais leitores apareceram, o que acabou barateando o custo do acessório. Com o tempo, os óculos passaram a ser o símbolo do intelectual, do bibliotecário, do erudito. No final do século XV a relação entre a atividade da leitura e os óculos era óbvia, mas a sua imagem também estava ligada aos excessos de uma tarefa que, embora tivesse bastante prestígio, era também bastante repreensível. A leitura representava o isolamento egoísta do leitor num mundo de papel, estancado do mundo lá fora. E a sua postura bem como o uso dos óculos se tornaram “emblemas da arrogância intelectual”.

⁹ *The invention of eyeglasses*, de Edward Rosen.

Foi mais ou menos na mesma época que o doutor em leis Sebastião Brant publicaria um livro que reforçaria a ideia da leitura como um pecado da pretensão: *A nau dos insensatos*. O volume de versos alegóricos teve um sucesso estrondoso não só pelo texto de Brant, que fazia um apanhado curioso dos pecados e loucuras sociais como adultério, jogo e falta de fé, como pelas xilogravuras de Albrecht Dürer, que, junto com outros artistas, ilustrava o livro. Entre esses “novos pecadores” estava estampada a imagem da loucura intelectual, um espelho da figura do leitor. Para quem abria o livro, logo na primeira página se deparava com a imagem de um leitor: um homem sentado no escritório cercado de livros por todos os lados, em estantes, na mesa de leitura, na escrivaninha, no chão. Este homem que tem orelhas de burro escondidas pela roupa e que dirige o olhar atento aos livros é considerado “o louco dos livros” e, claro, possui um par de óculos no rosto. “Esses óculos acusam: eis um homem que não vê o mundo diretamente, preferindo espiar as palavras mortas numa página impressa.” (MANGUEL, 2002, p. 333).

O que Brant tentava mostrar é que esse tipo de leitor era mais um dos insensatos, ele é responsável por reforçar a ideia do erudito idiota (amplamente difundida no século XV), que coleciona livros sem necessariamente saber o que eles contêm. A finalidade era mostrar que o acúmulo de livros não garantia um acúmulo de conhecimento. E que um homem podia estar cercado de tesouros literários sem, no entanto, saber fazer uso deles. Nequela época, a bibliofilia foi, então, associada às mais variadas ideias negativas: ostentação, exibicionismo, egoísmo. O filósofo latino Sêneca já advertia em seu ensaio “Da tranquilidade da alma” que muita gente sem educação escolar usa livros não como instrumento de estudo, mas como decoração para a sala de jantar. Ainda hoje colecionadores existem desse estilo, mas estão longe de serem bibliófilos.

Para além desses falsos leitores, que acreditam que prateleiras preenchidas lhes conferem conhecimento, existem os verdadeiros bibliófilos, que cuidam do livro como um objeto de colecionador. Que desejam e procuram livros com avidez incansável. São eles e o seu desejo que transformam o exemplar de um livro numa raridade. “Um livro é raro a partir do momento em que há bibliófilos para procurá-lo. Se não há ninguém interessado, mesmo que tenha sido publicado em um único exemplar, ele não é raro.” (CHARTIER, 1999, p. 149). É o próprio leitor que define o universo do que vale a pena ser colecionado. Muitas vezes,

esse universo coincide exatamente com o de vários outros leitores, outras vezes constitui uma constelação particular, única, especial apenas para aquele leitor e nenhum outro.

Aqui, mais uma vez, vale recorrer à literatura para lembrar uma história sobre os riscos da paixão pelos livros: a do crime do livreiro catalão. A *Gazette de Tribunaux*, um jornal que publicava as informações sobre o departamento judiciário na França do século XIX, noticiou no dia 23 de outubro a estranha história de um livreiro assassino que foi condenado à morte, em Barcelona. A matéria contava o caso de Dom Vicente, um ex-monge que, com a pilhagem dos conventos, passou a exercer o ofício de livreiro. Sua dor pela perda irreparável da biblioteca do convento de Poblet se traduziu na bibliofilia. Sua coleção, ela própria formada por alguns livros da pilhagem, era composta de vários volumes raros. Dom Vicente podia separar-se facilmente das obras que considerava pouco importantes, mas se tornava suscetível quando o assunto eram os exemplares raros: criava muitas dificuldades e cobrava altos preços. Agustín Patxot, que não suportava Dom Vicente, propôs aos livreiros rivais que, juntos, sempre cobrissem as ofertas de livros em leilões.

Exasperado por não poder mais ter os seus objetos de cobiça, Dom Vicente entra numa espiral de loucura e perseguição que culmina com um último golpe: participa de um lance na venda de um livro raro que já atraía sua atenção há muito tempo por ser uma edição única impressa em 1482. Ao perder este lance também para Patxot, promete se vingar. Alguns dias depois acontece um incêndio criminoso no estabelecimento de Patxot, o proprietário foi assassinado, e seus livros, destruídos. E nada poderia ter sido descoberto se, em seguida, uma onda terrível de assassinatos não tivesse acontecido. Em comum todas as vítimas tinham a paixão pelos livros. Passando em revista toda a cidade, finalmente encontraram o exemplar do livro raro de 1482 na casa de Dom Vicente. O monge só concordou em entregar-se à polícia depois de saber que sua biblioteca seria conservada em sua inteireza.

A notícia serviu de base para Gustave Flaubert, com apenas 15 anos, escrever seu primeiro texto: “*Bibliomanie*”. O conto, publicado no jornal literário *Le Colibri*, de Rouen, era um prenúncio de um tema que seria abordado em duas outras obras do escritor – *Bouvard e Pécuchet* e *Tentação de Santo Antônio* –, o livro como objeto absoluto e imortal. No conto de Flaubert, Dom Vicente recebe o

nome de Giácomo e é um homem triste, atrapalhado e encurvado que só demonstra verdadeira alegria quando está perto de seus livros ou participa de leilões. Mas, se fosse visto com os olhos de Sebastião Brant, provavelmente estaria classificado entre os “loucos dos livros”, ou eruditos idiotas que têm ao seu alcance um mundo em histórias, saberes e ciência e não podem se servir dele.

Oh! Ele era feliz, esse homem, feliz em meio a toda essa ciência cujo alcance moral e valor literário mal penetrava; era feliz, sentado entre todos esses livros, passeando os olhos sobre as letras douradas, sobre as páginas gastas, sobre o pergaminho desbotado: amava a ciência como um cego ama o dia. (FLAUBERT, 2001, p. 21)

A cegueira que assola Dom Vicente não é a mesma do professor Balicci. Um não consegue penetrar no que os livros dizem, o outro, mesmo cego, vê através deles com os olhos de sua memória. O que move esses dois personagens é o amor cego pelos livros. A paixão pelo livro sobreviveu às mais variadas mudanças tecnológicas, a bibliotecas queimadas, a edições limitadas, mas pode sobreviver à perda de visão? Mostraremos com este trabalho, tendo como inspiração a bela história do professor Balicci, o bibliófilo cego, que é possível, sim, continuar com a paixão pelos livros, mesmo quando o mundo em que o leitor está é mergulhado em penumbra ou numa “infinita brancura”, como conceituou Borges.